

PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA Nº 2.658 - MG (2020/0078803-1)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ

REQUERENTE : RAFAEL ATMA MENDES (PRESO)

ADVOGADOS : EDUARDO BRUNO AVELLAR MILHOMENS -
MG100603

FLÁVIA CHAVES NASCIMENTO BRANDÃO PENNA -
MG097139

CARLA SILENE CARDOSO LISBOA BERNARDO
GOMES - MG075469

FERNANDA PASCOAL VALLE BUENO DE CASTILHO
- MG074186

DUARTE BERNARDO GOMES - MG081127

**REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS
GERAIS**

DECISÃO

RAFAEL ATMA MENDES ajuíza pedido de tutela provisória, com o objetivo de obter a antecipação da pretensão deduzida no recurso ordinário interposto contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, que denegou a ordem impetrada naquela Corte, e que se encontra em processamento.

Informam os autos que o requerente está preso desde 18/6/2019, convertido o flagrante em preventiva na audiência de custódia realizada no dia 20/6/2019.

Em 19/12/2019, o Juízo de primeiro grau acolheu o pleito ministerial e condenou o requerente como incurso nos arts. 317, § 1º, do Código Penal e 12, da Lei n. 10.826/2003, indeferido o direito de recorrer em liberdade.

A defesa sustenta que "o requerente, conforme se vê, permaneceu preso preventivamente durante toda a instrução processual e, após a prolação da sentença condenatória, ainda se encontra preso, sem que, na sentença, o MM. Juiz tenha indicado as razões pelas quais mantinha a prisão preventiva".

Aduz que "não há nada na sentença de primeira instância que aponte qualquer conduta do Requerente que possa legitimar a custódia

cautelar, seja do ponto de vista da garantia da ordem pública, da instrução criminal ou da aplicação da lei penal".

Ressalta que o "requerente é paciente crônico, desde 2017, em razão de nefrolitíase e ureterolitíase, conforme exame anexo, já tendo tido várias crises agudas dentro do estabelecimento em que se encontra detido e, conforme atestado anexo, encontra-se no rol da Organização Mundial de Saúde como pessoa mais vulnerável ao COVID-19".

Assevera que "o fundamento para a negativa ao Requerente de exercer seu direito ao recurso em liberdade foi o quantitativo de penas aplicadas e a manutenção dos requisitos à custódia preventiva, o que não coaduna com a orientação jurisprudencial dos Tribunais, por ser insuficiente a autorizar e/ ou justificar a manutenção de uma prisão cautelar".

Requer, "liminarmente, a colocação do Requerente em liberdade, com a expedição do respectivo alvará de soltura", ou, subsidiariamente, a aplicação de "medidas cautelares que o Requerente, desde já, se compromete a cumprir", como "a suspensão do Requerente da função de inspetor de polícia civil".

Decido.

Saliento que este pedido diz respeito à mesma ação penal, em cujo âmbito foi concedida a ordem nos autos do HC n. 559.517, em que Thiago Comparth Pinheiro Oliveira – corréu na ação penal em que o requerente foi condenado – **foi beneficiado** com a concessão da ordem, visto que o indeferimento do direito de recorrer em liberdade revelou-se destituído de fundamentação idônea, visto que o Juiz de primeira instância cingiu-se a, "considerando o quantitativo de penas aplicadas, fix[ar] o regime fechado para início de cumprimento de pena, razão pela qual nego[u] ao acusado o direito de recorrer em liberdade".

Todavia, na espécie, observo que, no caso do requerente, a sentença faz remissão ao decreto preventivo, *in verbis*:

[...]

Considerando que os fatos delitivos foram perpetrados em concurso material, fica o acusado RAFAEL condenado a 6 anos e 8 meses de reclusão, 2 anos de detenção e 73 dias-multa, cada um deles correspondendo a 1/30 do salário-mínimo, de modo que deixo de somar as penas ante a diferenciação de sua natureza (reclusão e detenção).

Superior Tribunal de Justiça

Fixo o regime fechado para início de cumprimento de pena, considerando o quantitativo de penas aplicadas, **circunstância que, aliada à manutenção dos requisitos à custódia preventiva do acusado**, enseja lhe seja negado o direito de recorrer em liberdade. (fl. 180)

A decisão que converteu o flagrante em preventiva salientou que, "apesar da primariedade do autuado, os fatos são gravíssimos e envolve agentes públicos encarregados de investigações policiais e repressão ao tráfico de drogas", visto que "o agente, valendo-se de sua posição de policial civil, estaria solicitando 'propina' para não cumprir adequadamente os mandados de busca e apreensão expedidos pela 3ª Vara de Entorpecentes", tendo sido "apreendida grande quantidade de entorpecentes, que não teve o devido encaminhamento, arma de fogo e materiais". Ressaltou, ainda, que "o flagranteado e seus colegas estariam exigindo R\$20.000,00 (vinte mil reais) para liberar traficante investigado pela Justiça".

Por ocasião do recebimento da denúncia, o Juízo de Direito reafirmou, com detalhes, os mesmos argumentos.

Tais elementos afastam, à primeira vista, a plausibilidade jurídica do direito tido como violado, motivo pelo qual não vislumbro, ao menos por ora, constrangimento ilegal a sanar em sede de medida de urgência, de modo que a controvérsia será analisada na oportunidade própria do julgamento definitivo do recurso ordinário.

À vista do exposto, **indefiro** o pedido de tutela provisória.

Ouçá-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília/DF, 02 de abril de 2020.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**